



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL**

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA ELEITORAL RELATORA
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Processo nº 0600207-30.2024.6.21.0061 - Recurso Eleitoral (Classe 11548)

Procedência: 61ª ZONA ELEITORAL DE FARROUPILHA

Recorrentes: EVA FRANCIELE DE SOUZA PEREIRA/INSTITUTO GAÚCHO DE PESQUISAS DE OPINIÃO (IGAPE)

Recorrido: COLIGAÇÃO FARROUPILHA DA NOSSA GENTE (PSB/UNIÃO BRASIL/PDT/PODEMOS/REPUBLICANOS/PSD/FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA - FÉ BRASIL (PT/PCDOB/PV)

Relatora: DESA. ELEITORAL PATRÍCIA DA SILVEIRA OLIVEIRA

PARECER

RECURSO EM REPRESENTAÇÃO POR PESQUISA ELEITORAL IRREGULAR. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO. EMPRESA PESQUISADORA INAPTA PERANTE A RECEITA FEDERAL. IRREGULARIDADE. CUSTO DA PESQUISA SUBSTANCIALMENTE INFERIOR A OUTRA PESQUISA REALIZADA QUATRO ANOS ANTES. INDÍCIOS DE MANIPULAÇÃO. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO E, NO MÉRITO, PELO DESPROVIMENTO

I - RELATÓRIO.

Trata-se de recurso interposto por EVA FRANCIELI DE SOUZA PEREIRA/IGAPE INSTITUTO GAÚCHO DE PESQUISAS DE OPINIÃO contra



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

sentença, proferida pelo Juízo Eleitoral da 61ª Zona Eleitoral de Farroupilha, que julgou **procedente** a impugnação de pesquisa de opinião.

De acordo com a sentença, a empresa realizadora da pesquisa encontra-se inapta perante a Receita Federal, de forma que não poderia emitir notas fiscais eletrônicas. Além disso, o valor cobrado pela pesquisa mostra-se bastante inferior ao custo pelo mesmo serviço prestado no ano de 2020, o que levanta dúvidas sobre a sua credibilidade. (ID 45726632)

Irresignados, os recorrentes alegam que: a) houve erro na informação do CNPJ ao dizer que a empresa estava INATIVA, quando, em realidade, estava INAPTA, o que indica que precisaria regularizar informações tributárias; b) que o valor da prestação de serviços ser inferior a anos anteriores não indica qualquer manipulação nos resultados, já que ele depende de diversos fatores. Requereu o provimento do recurso para julgar improcedente a representação. (ID 45726636)

Com contrarrazões (ID 45726639), os autos foram encaminhados a esse egrégio Tribunal e deles dada vista a esta Procuradoria Regional Eleitoral.

Após, os autos foram remetidos a esse egrégio Tribunal e deles dada vista a esta Procuradoria Regional Eleitoral.

É o relatório. Passa-se à manifestação.

II - FUNDAMENTAÇÃO.

Não assiste razão aos *Recorrentes*. Vejamos.

Preliminarmente, tem-se que o recurso é intempestivo.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

A sentença foi publicada em mural eletrônico no dia 17.09.2024, de forma que o prazo do recursal transcorreu em 18.09.2024. O recurso foi interposto em 19.09.2024, após o prazo legal, portanto.

Por conseguinte, não deve ser conhecido.

Quanto ao **mérito**, ao tempo da realização da pesquisa, a recorrente estava INAPTA perante a Receita Federal desde 16.08.2024, por omissão de declarações, conforme documento no ID 45726551.

De acordo com o art. 49, II, 'f', da IN RFB nº 2119/2022, a empresa declarada INAPTA não pode emitir documento fiscal eletrônico.

A Resolução TSE nº 23.600/2019, no art. 2º, VIII, prevê que o registro de pesquisas deve ser apresentado com "cópia da respectiva nota fiscal".

A nota fiscal eletrônica emitida em 05/09/2024 (ID 45726563) é irregular, o que acarreta a consequente irregularidade da prestação de serviços e do registro da pesquisa realizada.

A recorrente regularizou a situação da empresa perante o Fisco somente em 10/09/2024, conforme o documento no ID 45726637, o que não convalida os atos praticados anteriormente à regularização.

O valor da pesquisa, ainda que não seja critério adotado pela legislação eleitoral para a sua validade, serve como parâmetro para se aferir a sua idoneidade. Não se mostra crível que um mesmo trabalho venha a ser realizado dois anos depois com um valor cerca de 25% inferior.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Ainda que fatores de mercado, complexidade da amostra, metodologia utilizada e prazos influam na formação do preço dos serviços, não há lógica evidente na substancial redução do custo destes que justifique o valor cobrado pela recorrente.

A consequência é que a conclusão da sentença sobre os indícios de manipulação são plausíveis, merecendo ser mantida.

Dessa forma, não deve prosperar a irresignação.

III - CONCLUSÃO.

Ante o exposto, o **Ministério Público Eleitoral**, por seu agente signatário, manifesta-se pelo **desprovemento** do recurso.

Porto Alegre, 28 de setembro de 2024.

CLAUDIO DUTRA FONTELLA
Procurador Regional Eleitoral

VG